

A revista Isto É, como propagadora do discurso machista e misógino¹

Marina Borba de CAMARGO²

Giovanna Benedetto FLORES³

Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, SC

Resumo

Fundamentada na abordagem teórica dos estudos de linguagem e estudos de gêneros, esta pesquisa pretende discutir a linguagem utilizada na mídia hegemônica para representar a primeira mulher eleita presidenta da República. Pretende-se compreender o discurso jornalístico utilizando a Análise do Discurso, no estudo da linguagem da revista Isto É. Para isso, vamos ter como corpus de análise a reportagem "Uma presidente fora de si", publicada pela revista no dia 6 de abril de 2016, tendo por base a teoria da Análise do Discurso, conforme propôs Michel Pêcheux, na França, para compreender os discursos misóginos marcados na reportagem. Sobre as questões de gênero, vamos ter como aporte teórico a pesquisadora Judith Butler e Mary Dumont.

Palavras-Chave: Análise do Discurso; Discurso Jornalístico; Machismo na Mídia; Dilma Rousseff.

Introdução

Em pleno processo de impeachment no Brasil, em que as reações estavam fervorosas, tanto nas ruas do país, quanto na mídia nacional, a revista Isto É destaca na sua edição 2.417 a reportagem intitulada “As explosões nervosas da presidente”, publicada em 6 de abril de 2016. Este artigo pretende analisar discursivamente esta reportagem que traz em seu discurso jornalístico marcas da misoginia.

A presidenta Dilma, segundo a Isto É, teria “perdido o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país” (ISTOÉ 2016). Sem identificar suas fontes, a presidenta

¹ Trabalho apresentado no Intercom Junior – DT1 Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da Unisul, Bolsista PIBIC/CNPq email: marina.b.camargo@gmail.com

³ Orientadora/Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul. Jornalista (Unisinos 1985), Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul, 2005) e Doutora em Linguística/Análise de Discurso (Unicamp, 2011), email: gbflores@gmail.com

é descrita pela revista como histérica, furiosa, à beira de um ataque de nervos e propensa a atos violentos. Em meio à frases irônicas, os adjetivos e estereótipos utilizados para desqualificá-la fazem parte de um extenso vocabulário moral e psicanalítico de degradação do feminino como força política, sujeito social e modo de ser e viver.

O que nos interessa não é o que está posto para nós, leitores, e sim o que não está ali, o não-dito, o que está nas entrelinhas. Entendemos que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” Pêcheux ([1975] 1997), sendo ali a posição-sujeito dos autores designada pela hierarquia da posição-sujeito instituição, O Grupo Globo.

A problematização da relação entre notícia e informação é fundamental, principalmente no momento atual da imprensa brasileira, “em que os sentidos de informar e noticiar no jornalismo estão cada vez mais entrelaçados” (FLORES, 2016)⁴. Para compreender o funcionamento do discurso jornalístico, é necessário identificar qual a posição-sujeito ali estabelecida, pois entendemos que o discurso não é neutro. Mariani (1998, p73) entende nos seus estudos sobre discurso jornalístico que “a ideia da informação neutra, objetiva e imparcial é resultado da própria história da constituição do discurso jornalístico”.

Tomamos como corpus de análise, a matéria intitulada “As explosões nervosas da presidente”, publicada em 6 de Abril de 2016 para compreender como a imprensa produz as notícias em relação a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe da nação brasileira.

Referencial Teórico

Para desenvolver esse artigo, temos como sustentação teórica a Análise do Discurso (AD), produzindo assim, gestos de interpretação. A “AD teoriza a interpretação visando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos”. (ORLANDI, 2002, p. 26). Entendemos que os sentidos dependem das condições de produção e por conta disso esses sentidos significam historicamente na formação de uma sociedade. Segundo Flores (2014, p.22) “É através do funcionamento da linguagem que a AD observa a relação dos sujeitos e dos sentidos que são afetados pela língua e pela história de forma que não entende esse funcionamento somente como comunicação ou informação”. Ou seja, para que o discurso seja compreendido, as palavras precisam fazer sentidos e os sujeitos devem estar inscritos na mesma formação discursiva, porque sujeito e sentido se constituem mutuamente.

Conforme nos esclarece Orlandi:

4 Artigo apresentado no XII Encontro Celsul – Simpósio Enunciação, Texto, Discurso: Descobertas e Perspectivas. UFSM, 12 a 14 de setembro de 2016. No prelo

Diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (...) A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. (ORLANDI, 2002, p.21).

Michel Pêcheux, ao desenvolver a teoria da Análise de Discurso propôs pensá-la no entremeio de três teorias, que são os pilares da AD: a Psicanálise, que traz o inconsciente, a Linguística enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e Materialismo Histórico, enquanto homem que faz parte da história, mas esta não lhe é transparente. Não se detém exclusivamente a nenhum desses campos, mas sim na reinvestigação contínua de todos eles, de forma que faz as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito. Ou seja, como afirma Orlandi:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2002, p.20).

Portando, entendemos que o “discurso é o efeito de sentidos entre interlocutores, é a palavra em movimento”, (ORLANDI, 2009 p.9). O discurso não é um texto fechado em si, ele é um conjunto de possíveis dizeres. As palavras e as expressões não são limitadas a um sentido próprio, literal, elas têm vários sentidos. Segundo Pêcheux (2006, p.44), “multiplicar as relações entre o que é dito (em tal lugar), e dito assim e não de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender a presença de não ditos no interior do que é dito’”. O dizer não tem posse, as palavras não surgiram em nós. Elas significam pela língua e pela história, não temos controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem em “nossas” palavras.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem

ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. (ORLANDI, 2002, p.47).

Entendemos que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Dessa forma, os sentidos serão sempre determinados pelas posições ideológicas dependendo assim, da posição-sujeito e das formações discursivas. Segundo Orlandi (2002, p. 20) “as FDs são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, isto é, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”. A noção de formação discursiva envolve dois tipos de funcionamento: a paráfrase e a polissemia.

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão, entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (ORLANDI, 2002, p. 36).

As formações discursivas são definidas como aquilo que em determinada formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada, vai estabelecer o que pode e o que deve ser dito. Retomamos então, ao ponto inicial, em que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas descendem dos sentidos das formações discursivas as quais se inscrevem. Sendo assim, os sentidos sempre são constituídos ideologicamente.

Segundo Orlandi (2002), “a ideologia é a função da relação necessária entre linguagem e mundo”. Concordamos com a autora que a Análise do Discurso também entende a linguagem como processo, tendo como objeto do conhecimento o discurso, que é a palavra em movimento. Orlandi (2002) estabelece três modos de funcionamento do discurso a partir do que se considera ser o fundamento da linguagem – a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente): o lúdico, o polêmico e o autoritário. No discurso autoritário permanece a paráfrase (o sentido único) e no discurso lúdico prevalece a polissemia (a multiplicidade de sentidos). Já no discurso polêmico a polissemia e a paráfrase situam-se em um jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido.

São a partir dessas tipologias que se busca compreender o discurso jornalístico, que, segundo Mariani (1998, p. 61), “tem como característica atuar na institucionalização social de sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”.

Mariani (1998) considera o Discurso Jornalístico similar ao discurso pedagógico por conta do discurso autoritário, isto porque o professor é tido como o detentor de todo o saber e assim ele disponibiliza esse saber aos alunos por meio de estratégias que configuram esse dizer como uma verdade inquestionável.

No discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou falaria sobre – da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que “fraturar” a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar – enquanto explicação de mundo – a ilusão da objetividade jornalística. (MARIANI, 1998, p. 62)

Flores (2016) entende que “o funcionamento jornalístico se dá na seleção do que irá tornar-se notícia, o que chamamos de pauta e conseqüentemente o que vai ou não ser disponibilizado para a interpretação”. É aí que entram as formações discursivas, em que os sujeitos-jornalistas determinarão as fontes para a reportagem. Segundo Mariani (1998, p.60) “a produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam impressões dos próprios jornalistas (eles também sujeitos históricos), dos leitores e da linha política dominante do jornal”.

Para Lustosa (1996, p. 21-22):

A notícia é, pois, uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, parcial e descomprometida de um fato. Qualquer redator ou relator de um fato é parcial, inclusive ao escolher o “melhor ângulo” para descrevê-lo, como se recomenda nas redações. É aí que observamos a discrepância entre o discurso dos profissionais da imprensa e principalmente, dos veículos, e o resultado de um trabalho. (...) A neutralidade jornalística é um mito cotidiano desfeito nas redações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editora.

O discurso jornalístico determina os assuntos que irão interessar aos leitores, logo, aponta as direções dos sentidos sem que o leitor perceba.

Encontra-se no discurso jornalístico, uma discursivização do cotidiano que se apaga para o leitor (e para o próprio sujeito que enuncia na posição “jornalística” e é nessa discursivização – um fator sobre de natureza institucional – que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito. (MARIANI, 1998, p. 97)

Porém, é necessário que esse discurso seja próximo do cotidiano do leitor de forma que seja possível buscar fatos em sua memória, para assim organizar as filiações de sentidos possíveis para os acontecimentos.

Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim “dirigem” para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significante entre causas e consequências para os fatos ocorridos. (MARIANI, 1998, p. 60)

Mariani (2007), em *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, traz a noção de *discurso sobre*. Para ela o discurso jornalístico é uma forma do *discurso sobre*. Entende-se que “o efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala”. Flores (2014) acrescenta que:

O sujeito-jornalista, ao descrever um fato, ao narrar um acontecimento, faz a partir de um ‘pseudo’ distanciamento, um recuo imaginário, tentando apagar as marcas de sua posição-sujeito nesse discurso para o seu leitor, formulando juízo de valores como se fosse um observador/narrador imparcial desse acontecimento. (...) produz sentidos de realidade para o leitor, apagando o processo de construção da notícia, como se tudo o que o leitor precisasse saber já estivesse ali, posto no jornal. (FLORES, 2014, p. 42)

Com esse ‘pseudo’ distanciamento o jornalista constrói a imagem de um observador imparcial. Por criar essa ilusão de que não se “envolveu” com a situação, ele pode então opinar, formular juízo de valores, etc. Assim entende-se o *discurso sobre* como um lugar de autoridade pois “se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos

da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com a maior facilidade”. (MARIANI, 1998, p.61)

Segundo Flores (2016) “nessa perspectiva, queremos compreender como essa posição-sujeito produz, no discurso jornalístico, o efeito de informação dentro do mesmo discurso. Entendemos que noticiar e informar são ações distintas”. Segundo Traquina (2005), a comercialização do jornalismo está enraizada no início do século XIX, com o surgimento de uma nova mercadoria: a informação vendida como notícia. O jornalismo vende informação para conseguir lucro. Flores (2016) entende que:

A diferença entre a notícia e a informação na perspectiva discursiva tem a ver com a posição sujeito assumida no discurso jornalístico. Se na teoria do jornalismo, definimos notícia como sendo o resultado de um processo que envolve a percepção, seleção e transformação de um acontecimento em um produto e ao transpor este acontecimento para o campo da informação, sem a devida apuração, investigação, o sujeito repórter está produzindo uma nova discursividade, deslocando os sentidos de uma memória já estabilizada. (FLORES, 2016)

Ainda segundo Flores (2016), mesmo que trazendo à tona somente os acontecimentos de interesse da instituição imprensa, ao narrar os fatos, o discurso jornalístico cria um efeito de realidade. Além do mais, a notícia não é uma das funções entre outras da instituição midiática; é o seu principal produto e o resultado final do seu funcionamento. Entendemos que a formação discursiva ali exposta faz parte da mesma formação discursiva da Instituição em questão, o Grupo O Globo. “O Grupo Globo é um conjunto de empresas que tem como missão informar, entreter e contribuir para a educação do país através de conteúdos de qualidade”.

Conforme Flores (2016):

A diferença entre a notícia e a informação está na formulação do dizer de uma determinada discursividade. Quando se conduz o acontecimento de uma discursividade para outra, apaga-se a historicidade e as condições de produção do acontecimento e aquele dizer passa a ser interpretado pela historicidade e pela memória do discurso jornalístico que sustentados um no outro produzem uma nova interpretação. (FLORES, 2016)

Flores (2016) nos conduz ao entendimento de que as condições de produção dessa nova discursividade, justificam a interpretação que o jornalismo dará, e isso é o que provoca o sentido de neutralidade, o qual está associado à política do silêncio. Orlandi (2002) distingue duas formas de silêncio: o silêncio fundador, que é fundamental aos sentidos e a política do silêncio, que se divide em silêncio constitutivo e silêncio local ou censura. O silêncio constitutivo (2002; p.75) “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (...) a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. Portanto, o atravessamento político se baseia na informação, e não na notícia. O que está silenciado ali é a historicidade dos dizeres exposto como informações. Dizeres esses que trazem o contexto patriarcal, esse que reproduz o machismo e a misoginia.

A primeira presidenta do Brasil

Drumont (1980) define o machismo como “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

A sociedade em que vivemos hoje foi criada por homens e para homens. Os modelos de identidade tanto para o feminino como para o masculino são oferecidos. Isso significa que é a partir desses modelos mediado pela “liderança” masculina que homem e mulher “tornam-se” homem e mulher. Os conceitos são estereotipados nos papéis masculino e feminino. Meninos e meninas são criados de forma diferentes, com valores diferentes, com ambições diferentes. Como afirma Butler, inclusive o poder judiciário “produz” o que alega representar:

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que torna as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico ‘produz inevitavelmente o que alega meramente representar, conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual de poder: jurídica e produtiva[...] A crítica feminista também deve compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é reproduzido e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 1990, p.19).

Mesmo que vivamos com uma falsa aparência de igualdade, o machismo constitui um sistema de “representações-dominância” que utiliza o sexo para mistificar as relações entre homens e mulheres de forma que hierarquiza os sexos dividindo-os em polo dominante e polo dominado.

Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo, em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens, representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina. Nesta produção-reprodução de papéis, códigos, representações sexuais há produção do espaço aberto, no sentido dado à expressão “corpo sem órgão” por Guattari e Deleuze (6) da extorsão do prazer, do sentido, do poder, do objeto, etc., onde se reproduzem as próprias condições de subordinação da mulher”. (DRUMONT 1980, p. 82).

O ambiente de poder, o ambiente político é quase que estritamente masculino. Assim, uma mulher ocupar pela primeira vez, o cargo de presidente da República deve causar certo estranhamento. Ainda mais se ela ir contra a esses padrões impostos ao seu corpo de mulher.

Segundo o IBGE as mulheres representam hoje mais da metade da população brasileira, 50,63 %. Mesmo assim, elas ocupam uma parcela muito pequena nos espaços políticos. Na última eleição para Presidência da República, de sete candidatos, tivemos três mulheres disputando o cargo. Segundo o *site* da Câmara dos Deputados, no Parlamento, só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tem 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas). Dessa forma, o Brasil ficou na 117ª colocação no ranking da ONU que elenca os países conforme o grau de participação feminina nos parlamentos. A deputada do PCdoB, Alice Portugal que disputou a prefeitura de Salvador, na Bahia, mas não foi eleita, acredita que o baixo número de mulheres na política deve-se "à continuidade do machismo, ao patriarcado oligárquico no interior do País e em algumas capitais e à onda conservadora que atinge o Brasil".

Movimento de Análise

O processo de naturalização do discurso das mídias de referência, como o Grupo O Globo, tornam legítimos o modo de produção de notícias, sem que o leitor perceba o seu

funcionamento, entendo-a como neutra e imparcial. É pela repetição que a mídia constrói e naturaliza sentidos, reconfigurando acontecimentos que permanecem na memória do leitor. Aliás, é relevante levarmos em consideração o que Mariani (1998) nos fala sobre o discurso jornalístico, que envolve o leitor num processo de interpretação, produzindo sentidos como se somente aqueles fossem possíveis que não são percebidos pelo leitor, entendemos que:

(...) ao relacionar um acontecimento a outros, está de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes. Podemos dizer que esse mecanismo, nem sempre percebido pelo leitor comum, leva à fixação imaginária da ilusão de uma realidade objetiva (polêmica ou não, contrária ou não) em um dado momento. O discurso jornalístico, neste sentido, impede a percepção da multiplicidade de tempos do presente, ao se enquadrar numa forma de produção de notícias que supõe um passado museificado. Ao mesmo tempo, a força ideológica desta prática discursiva é a ilusão mantida em torno do uso de uma linguagem transparente para registrar um mundo objetivo. (MARIANI, 1998, p.94)

A partir desse momento trataremos a análise fragmentos da matéria em questão e apresentaremos os seguintes enunciados como sequencia discursiva (SDR).

SDR1: Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca.

Discursivamente este enunciado nos diz que a presidenta Dilma não é muito interessante e por conta da sua debilidade psicológica apresenta incoerência com o cargo que ali ocupa. Ainda que a formação discursiva dominante, a rigor da revista IstoÉ, seja a formação discursiva jornalística, percebe-se um forte atravessamento do discurso político, e esse, feito de forma em que os sentidos ultrapassam qualquer crítica política, abrindo espaço então para uma discursividade com caráter informativo. Assim, os

argumentos buscam desqualificar a imagem de uma mulher que foi eleita para presidir um país.

O texto segue com o uso de “segundo relatos”, “outro interlocutor frequente”, “um importante assessor palaciano” sem fonte especificada. Quando se faz referência com fonte é para a psiquiatra Elisabeth Kubler Ross, que traz em sua teoria cinco estágios que supostamente indicam o falecimento, ou seja, Dilma estaria em fase terminal. Ou também para Francis Wills, renomado psiquiatra britânico, que acompanhou de perto “Maria I, a Louca”

SDR 2: Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de **imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política** e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuates” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “**Maria I, a Louca**”. **Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal** e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. “Maria I, a Louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, **quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino**

A forma desses dizeres sobre a Presidenta parece muito uma peça de ficção, uma novelização do real, que busca construir um personagem em que a Presidenta é comparada com “Maria, a Louca”, uma mulher “autista” com retórica “cretina” e cuja permanência significa “volta do terror”. Ao trazer os dizeres da psiquiatra, o jornal marca o atravessamento do discurso médico/científico como forma de legitimar a reportagem, pois os dizeres de um médico nunca são contestados, ou seja, produz um “efeito de real”.

Dilma, por estar no corpo de uma mulher, não é reconhecida e legitimada como chefe de estado e assim a repetibilidade (disponível no quadro abaixo) nos enunciados é marcada por dizeres que levam a denegrir a sua integridade não só física, mas principalmente moral.

SDR 1	SDR 2
momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exibe total desconexão com a realidade do País	imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política
Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo	“Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal
Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca	quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. Nesses momentos, seus atos de governo denotavam desatino

Butler, em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, discute como a linguagem é apta a dar visibilidade política para a mulheres. Segundo a autora, existe uma relação polêmica entre a política e a representação. Ao mesmo tempo em que a representação serve para que o processo político de visibilidade e legitimidade para as mulheres, também é papel da linguagem mostrar como são ditas a categoria das mulheres. “Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estende ao que pode ser conhecido como sujeito”. (Butler, 2015, p.18)

Segundo Butler, a estruturação de um sujeito e de sua identidade está atrelado a normatização, em práticas reguladoras, definidas como a “matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidades’ não possam existir” (2015, p.44). Flores (2016) acrescenta que o “não reconhecimento e a negação de direitos destes sujeitos, os tornam “corpos abjetos”, aqueles que não se encaixam nos padrões ditos como normais (homem branco, europeu). Essa diferenciação do sujeito o confirma como o excluído, silenciando, sua identidade e não permitindo a sua existência”.

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminina, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por vias de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2015; p.19)

Esses discursos carregam em si marcas da opressão que todas as mulheres são submetidas por conta do predomínio da cultura patriarcal, a qual a mídia hegemônica busca se situar neutra mesmo que dessa forma conduza-se ao que entendemos por silenciamento.

Conclusões

Ainda que a formação discursiva de dominância na revista Isto É seja a jornalística, o atravessamento do discurso político é marcado. Percebe-se que os sentidos evocados ultrapassam qualquer crítica política, abrindo espaço para argumentos com caráter informativo sustentados em frases misóginas, sexistas e machistas.

Hoje, os papéis de homem e mulher no ambiente social são disponibilizados e para se fazer parte de um todo e ser reconhecido por ele, é necessário que se enquadre nessas normas. Paralelamente, o ambiente político é marcado pelo protagonismo do gênero masculino e uma mulher ocupar pela primeira vez o escalão mais alto, que é a presidência da república, causa abominação.

A mídia hegemônica entra então como uma forma de perpetuar a naturalização dos sentidos machistas e misóginos e fixá-los na memória do leitor através da repetição. Dessa forma, o discurso jornalístico molda a memória desse leitor, impede a percepção da multiplicidade e silencia todos outros possíveis dizeres, contribuindo para perpetuar a retificação da mulher.

Referencial Teórico

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 9. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

DRUMONT, Mary Pimentel – Elementos para uma análise do machismo – Perspectivas, São Paulo, SP, 3: 81-85, 1980.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto – Os sentidos de nação liberdade e independência na imprensa brasileira (1821 – 1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2011

_____ – O político no discurso jornalístico: sentidos de notícia e informação. Artigo apresentado no XII Encontro Celsul. – Simpósio Enunciação, texto, discurso: descobertas e perspectivas. UFSM. No prelo 2016.

LUSTOSA, Elcias – O texto da notícia. Brasília, DF: Editora UnB, 1996

MEDINA, Cremilda – Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo, SP: Ed. Summus, 1988.

MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Editora Revan; Campinas: Editora Unicamp. 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____ - As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel - Discurso: Estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo, SP: Pontes, (1997), 2006.

SANTOS NETO, Helena Iracy Cerquiz. Análise do Discurso Radiofônico: O Acontecimento Apagão em Florianópolis. Tese de Doutorado. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2015.

Sites pesquisados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE -

<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acessado em 17 de novembro de 2016.

ISTOÉ, edição 2.417, 6 de abril de 2016 – disponível em

http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acessado em 26 de outubro de 2016.

Senado Federal - <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acessado em 16 de novembro de 2016.